

Integração
Transmissora de
Energia S.A. -
INTESA

**Informações trimestrais em
30 de junho de 2018**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às informações trimestrais	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635
Sala 501 e 502 - Aldeota
60150-150 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3307-5100, Fax +55 (85) 3307-5101
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da
Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA (“Companhia”) em 30 de junho de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas selecionadas.

A administração Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, anteriormente referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB.

Ênfase - Adoção dos novos normativos contábeis aplicáveis no Brasil

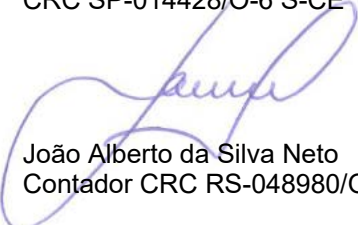
Conforme descrito na nota explicativa 4, a Companhia está em processo de consulta técnica contábil, efetuada por órgãos de classe, junto à entidades envolvidas no setor de atuação, em relação à classificação dos ativos financeiros de transmissão nos montantes de R\$ 219.098 mil em 30 de junho de 2018 (R\$ 157.699 mil em 31 de dezembro de 2017) e R\$ 384.489 mil em 30 de junho de 2018 (R\$ 428.428 mil em 31 de dezembro de 2017), respectivamente no ativo circulante e não circulante, para os quais a sua avaliação inicial resultou na mensuração ao custo amortizado, em função da adoção do pronunciamento técnico CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros. A Companhia não dispõe de uma mensuração dos impactos que poderiam afetar suas informações contábeis intermediárias anteriormente referidas para o período findo em 30 de junho de 2018, caso sua interpretação inicial de mensuração desses ativos pelo custo amortizado não seja entendida como apropriada ao final desse processo de consulta. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 10 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 S-CE



João Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

Integração Transmissora de Energia – INTESA

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2018 e em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	30/06/2018	31/12/2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	36.804	96	Fornecedores		3.464	6.562
Títulos e valores mobiliários	6	-	24.764	Empréstimos e financiamentos	8	31.847	31.822
Ativo financeiro	7	219.098	157.699	Dividendos propostos	12	10.885	10.885
Despesas antecipadas		46	249	Imposto de renda e contribuição social		4.796	2.738
Tributos a compensar		946	874	Tributos a recolher		1.537	1.456
Serviços em curso		634	659	Incentivos fiscais	9	539	-
Outros ativos		339	173	Provisões de encargos setoriais		4.490	4.074
				Outros passivos		858	1.092
Total do ativo circulante		257.867	184.514	Total do passivo circulante		58.416	58.629
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	8	42.112	57.719
Depósitos judiciais		6	6	Impostos e contribuição social diferido	11	30.728	29.288
Títulos e valores mobiliários	6	10.966	11.485	PIS e COFINS diferidos	10	48.872	45.410
Ativo financeiro	7	384.489	428.428	Incentivos fiscais	9	13.260	13.924
Imobilizado		405	332				
Total do ativo não circulante		395.866	440.251	Total do passivo não circulante		134.972	146.341
				Patrimônio líquido	13		
				Capital social		188.555	170.000
				Reserva de lucros		231.240	249.795
				Lucros acumulados		40.549	-
				Total do patrimônio líquido		460.345	419.795
Total do ativo		653.733	624.765	Total do passivo e patrimônio líquido		653.733	624.765

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

Integração Transmissora de Energia – INTESA

Demonstrações do resultado

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	01/01/2018 a 31/06/2018	01/04/2018 a 31/06/2018	01/01/2017 a 31/06/2017	01/04/2017 a 31/06/2017
Receita líquida	14	78.266	37.749	56.110	28.273
Custo dos serviços prestados	15	(21.972)	(8.466)	(11.044)	(6.213)
Lucro bruto		<u>56.294</u>	<u>29.283</u>	<u>45.066</u>	<u>22.060</u>
Despesas gerais e administrativas	16	(1.716)	(895)	(2.393)	(1.029)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>54.578</u>	<u>28.388</u>	<u>42.673</u>	<u>21.031</u>
Receitas financeiras	17	1.259	618	2.035	-
Despesas financeiras	17	(4.022)	(1.911)	(5.724)	(1.762)
Resultado financeiro, líquido	17	<u>(2.763)</u>	<u>(1.293)</u>	<u>(3.689)</u>	<u>(1.762)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>51.815</u>	<u>27.095</u>	<u>38.984</u>	<u>19.269</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	11	(16.391)	(8.529)	(11.370)	(6.706)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	11	(1.439)	(826)	(2.025)	-
Subvenção do imposto de renda	11	6.564	3.733	6.946	4.223
Lucro líquido do período		<u>40.549</u>	<u>21.473</u>	<u>32.535</u>	<u>16.786</u>
Lucro líquido do período por lote de mil ações - R\$		0,22	0,11	0,19	0,10
Quantidade de ações, por lote de mil ações, no final do período		<u>188.555</u>	<u>188.555</u>	<u>170.000</u>	<u>170.000</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

Integração Transmissora de Energia – INTESA

Demonstrações do resultado abrangente

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	01/01/2018 a 31/06/2018	01/04/2018 a 31/06/2018	01/01/2017 a 31/06/2017	01/04/2017 a 31/06/2017
Lucro líquido do período	40.549	21.473	32.535	16.786
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de outros resultados abrangentes	<u>40.549</u>	<u>21.473</u>	<u>32.535</u>	<u>16.786</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

Integração Transmissora de Energia – INTESA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros					Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Subvenções para incentivos	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>170.000</u>	<u>15.635</u>	<u>170.528</u>	<u>47.123</u>	<u>-</u>	<u>403.286</u>
Lucro líquido do período	-	-	-	-	32.535	32.535
Pagamento de dividendos no período (Nota 13)	-	-	(31.000)	-	-	(31.000)
Saldos em 30 de junho de 2017	<u>170.000</u>	<u>15.635</u>	<u>139.528</u>	<u>47.123</u>	<u>32.535</u>	<u>404.821</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>170.000</u>	<u>18.555</u>	<u>172.186</u>	<u>59.054</u>	<u>-</u>	<u>419.795</u>
Lucro líquido do período	-	-	-	-	40.549	40.549
Aumento de capital social (Nota 13)	18.555	(18.555)	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2018	<u>188.555</u>	<u>-</u>	<u>172.186</u>	<u>59.054</u>	<u>40.549</u>	<u>460.345</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

Integração Transmissora de Energia – INTESA

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	30/06/2018	30/06/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	40.549	32.535
Ajuste para:		
Depreciação	30	30
Juros sobre financiamentos	3.768	5.488
Receita de O&M	(6.743)	(6.528)
Remuneração do ativo financeiro	(63.127)	(52.075)
PIS/COFINS diferidos	3.463	(1.238)
Imposto de renda e contribuição social	11.266	6.315
	<u>(10.794)</u>	<u>(15.473)</u>
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes		
Despesas antecipadas	202	194
Tributos e contribuições compensáveis	(72)	(1.112)
Outros ativos	(140)	(733)
Fornecedores	(3.098)	(614)
Encargos setoriais	416	427
Impostos e contribuições a recolher	(525)	335
Investimento em ativo financeiro da concessão	(19.262)	(3.316)
Outros passivos	(360)	(134)
Remuneração recebida do ativo financeiro da concessão, líquido da receita de construção	<u>71.673</u>	<u>69.073</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais	<u>38.040</u>	<u>48.647</u>
Juros pagos	(3.582)	(4.926)
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(7.163)</u>	<u>(4.736)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>27.295</u>	<u>38.985</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo imobilizado	(102)	
Títulos e valores mobiliários	<u>25.283</u>	<u>7.697</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimento	<u>25.181</u>	<u>7.697</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	-	(31.000)
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	<u>(15.768)</u>	<u>(15.623)</u>
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	<u>(15.768)</u>	<u>(46.623)</u>
Demonstração do aumento, líquido, em caixa e equivalentes de caixa	<u>36.708</u>	<u>59</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	96	19
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	<u>36.804</u>	<u>78</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>36.708</u>	<u>59</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

Integração Transmissora de Energia – INTESA

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	30/06/2018	30/06/2017
Receitas		
Remuneração do ativo financeiro	63.127	52.074
Receita de O&M	6.744	6.528
Compartilhamento de rede	614	614
Outras receitas	<u>16.201</u>	<u>4.956</u>
	86.686	64.172
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Material de consumo	(177)	(280)
Serviços de terceiros	(5.634)	(5.928)
Outras despesas	<u>(15.273)</u>	<u>(4.560)</u>
	(21.084)	(10.768)
Valor adicionado bruto	65.602	53.404
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>65.602</u>	<u>53.404</u>
Valor aplicado em transferência		
Receitas financeiras	<u>1.259</u>	<u>2.035</u>
	<u>1.259</u>	<u>2.035</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>66.861</u>	<u>55.439</u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	1.980	1.966
FGTS	<u>77</u>	<u>119</u>
	2.057	2.085
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	16.872	11.833
INSS	358	380
Estaduais	29	48
Encargos do setor	2.587	2.443
Taxa de fiscalização Aneel	<u>236</u>	<u>243</u>
	20.082	14.947
Remuneração de capitais de terceiros		
Despesas financeiras	254	236
Juros BNDES	3.768	5.488
Alugueis	<u>151</u>	<u>148</u>
	4.173	5.872
Remuneração de capitais próprios		
Lucro líquido retido no período	<u>40.549</u>	<u>32.535</u>
Valor adicionado	<u>66.861</u>	<u>55.439</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Integração Transmissora de Energia - INTESA (“Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, constituída em 20 de dezembro de 2005, tem por objetivo a construção, implantação, operação e manutenção das instalações do serviço público de energia elétrica da rede básica do sistema elétrico interligado, composto pela Linha de Transmissão 500kV Colinas/Serra da Mesa 2, localizado nos Estados de Tocantins e Goiás que compõem 25 municípios entre Colinas do Tocantins - TO e Colinas do Sul- GO. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica suas atividades são reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Companhia iniciou suas atividades operacionais em 30 de maio de 2008.

2 Contrato de concessão de transmissão de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 002/2006, assinado em 27 de abril de 2006, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL, o prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, podendo ser renovado por igual período.

Com Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 65.349, a RAP da concessionária é reajustada anualmente. A partir do décimo sexto ano de operação comercial, a RAP da Companhia será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, estendendo-se até o término do prazo da concessão.

Abaixo, as instalações de transmissão da Companhia, conforme contrato de concessão:

Trecho	Extensão		
	kV	Km	Estado
Colinas- Miracema	500	173	TO
Miracema - Gurupi	500	255	TO
Gurupi -Peixe 2	500	72	TO
Peixe 2 - Serra da Mesa 2	500	195	TO/GO
Extensão total da concessão		695	

Por solicitação do ONS - Operador Nacional do Sistema, a Companhia realizou um reforço em seu sistema, nos termos da Resolução Autorizativa Aneel No 5906 de 21/06/16, que foi concluído em janeiro de 2018. Esse reforço consistiu na troca do Banco de Capacitores Série - BCS existente na SE Peixe 2 com capacidade de 1.800 A para um BCS de capacidade de 2.500 A. Esse investimento é parte de um projeto maior, quando haverá a troca de todos os BCS da Interligação Norte Sul, envolvendo inclusive outros concessionários de transmissão, proporcionando um aumento no escoamento de energia pelas Linhas de Transmissão já existentes.

Em 28 de março de 2017, foi emitida a Resolução Autorizativa ANEEL N° 6259, que abrange o reforço nas Subestações de Miracema e Gurupi, conforme detalhados a seguir:

- O reforço para subestação de Miracema, consiste na substituição de uma unidade do Banco de Capacitores com capacidade de 1.667 A para um BCS de capacidade de 2.250 A, e uma unidade Reserva para Reator de Barra 550 kV, cuja implantação nessa subestação terá um custo total estimado de R\$ 40.000; e
- O reforço para subestação de Gurupi, consiste na substituição duas unidades de Banco de Capacitores com capacidade de 1.667 A para um BCS de capacidade de 2.250 A, cuja implantação nessa subestação terá um custo total estimado de R\$ 60.000.

3 Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

3.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP) que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão das informações trimestrais foi autorizada pela Administração em 10 de agosto de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as informações trimestrais.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações trimestrais estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações trimestrais, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos, e, as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 7** - critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão, o qual é mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início da concessão, a Taxa Interna de Retorno - TIR é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado e é utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão durante o período da construção. O saldo do ativo financeiro da concessão reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TIR da concessão. Adicionalmente, são consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura.
- **Nota explicativa 7 e 14** - critério de apuração e atualização da receita de construção. A Companhia, durante a fase de construção, reconhece receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. Essas receitas são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e pronunciamento técnico e com CPC 17 (R1) - Contratos de Construção, ou seja, por referência ao estágio de conclusão da construção.
- **Nota explicativa 19** - reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.
- **Nota explicativa 20** - definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

3.4 Base de mensuração

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do seguinte item material reconhecidos nos balanços patrimoniais: Equivalentes de caixa, os quais se referem as aplicações financeiras de curto prazo, são mensurados pelo valor justo.

4 Principais políticas contábeis

As informações trimestrais são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período, se houver. As práticas contábeis utilizadas na preparação destas informações trimestrais são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia, descritas na Nota 2, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2017, exceto, as novas práticas contábeis adotadas conforme demonstrado a seguir na Nota 4.1. Portanto, essas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia do período findo em 31 de dezembro de 2017, emitidas em 1 de fevereiro de 2018, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

4.1 CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A tabela a seguir demonstra as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para as principais classes de ativos financeiros:

	CPC 38 IAS 39	CPC 48 IFRS 9	Saldos em 01/01/2018
Ativos conforme o balanço patrimonial			
Títulos e valores mobiliários	VJR	VJR	36.249
Ativo financeiro da concessão	Empréstimos e recebíveis	(a)	586.127

- (a) A Companhia possui registrado no ativo saldo na rubrica de ativo financeiro da concessão os montantes de R\$ 219.098 mil em 30 de junho de 2018 (R\$ 157.699 mil em 31 de dezembro de 2017) e R\$ 384.489 mil em 30 de junho de 2018 (R\$ 428.428 mil em 31 de dezembro de 2017), respectivamente no ativo circulante e não circulante. A Companhia aguarda consulta técnica contábil, efetuada por órgãos de classe, junto às entidades envolvidas no seu setor de atuação em relação à classificação desse ativo financeiro em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros. A Companhia interpretou inicialmente tais ativos como mensuráveis ao custo amortizado de acordo com o CPC 48 (IFRS 9). Entretanto, dependendo da conclusão técnica contábil final em relação a esse assunto, a avaliação inicial da Companhia em relação a classificação desse ativo financeiro como custo amortizado poderá sofrer alteração, desde 01 de janeiro de 2018. A Companhia não dispõe, no momento, de uma mensuração detalhada dos impactos que poderiam afetar suas informações trimestrais em 30 de junho de 2018, caso sua interpretação inicial de mensuração desse ativo pelo custo amortizado não seja entendida como apropriada ao final desse processo de consulta e, por conseguinte, tenha que efetuar a mensuração ao valor justo por meio do resultado desde 01 de janeiro de 2018.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	89	96
Aplicações financeiras (a)	36.715	-
Total	36.804	96

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a Fundos de investimentos e CDB - Certificados de Depósitos Bancários. Tais aplicações são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com percentual em torno de 106,06% (97,60% em 31 de dezembro de 2017) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Essas operações têm vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor, logo são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

A Companhia adota a estratégia de aplicar seus recursos financeiros em fundos de investimento e ativos que possuem o objetivo de acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários e classificados como caixa e equivalentes de caixa. A Companhia utiliza os fundos de investimentos na sua gestão diária de Caixa nas operações das Companhias.

Foi quitado, na data de 19 de dezembro de 2017, o contrato de compra e venda de ações e outras avenças, no qual o Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia (FIP) vendeu ações representativas de 51% do capital social total da Companhia para a Equatorial Energia S.A. Desta forma, considerando a referida mudança acionária, a gestão de caixa da Companhia foi alterada, a qual passou a utilizar o caixa nas atividades operacionais de curto prazo.

6 Títulos e valores mobiliários

	30/06/2018	31/12/2017
Circulante		
Aplicações financeiras	-	24.764
Total	-	24.764
	30/06/2018	31/12/2017
Não Circulante		
Fundos vinculados (a)	10.966	11.485
Total	10.966	11.485

- (a) Os fundos vinculados se referem a aplicações financeiras, requeridas em contrato de financiamento com o BNDES, com a finalidade de garantia real, cujo saldo mínimo deve ser equivalente a três meses de parcela do serviço da dívida somado de três meses de parcela dos custos do contrato de operação e manutenção.

7 Ativo financeiro da concessão

O saldo representa a infraestrutura da concessão e corresponde ao direito estabelecido no Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União e a Companhia, de receber caixa por meio de dois fluxos (a) parte a ser recebida diretamente dos usuários delegados pelo poder concedente (geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores) por meio do faturamento mensal garantido da remuneração anual permitida (RAP), durante o prazo de concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	157.699	428.428	586.127
Receita de construção (Nota 14)	19.263	-	19.263
Atualização do ativo financeiro (Nota 14)	63.557	(430)	63.127
Receita de O&M (Nota 14)	6.743	-	6.743
Amortização da RAP	(78.255)	-	(78.255)
Contas a receber (RAP)	6.582	-	6.582
Transferências	43.509	(43.509)	-
Saldo em 30 de junho de 2018	219.098	384.489	603.587

8 Empréstimos e financiamentos

Composição do saldo

		30/06/2018		
	Custo médio da dívida (%a.a.)	Circulante Principal e encargos	Não circulante Principal e encargos	Total
Moeda nacional:				
BNDÉS	TJLP + 2,9%	31.847	42.112	73.959
Total geral		<u>31.847</u>	<u>42.112</u>	<u>73.959</u>
		31/12/2017		
	Custo médio da dívida (% a.a.)	Circulante Principal e encargos	Não circulante Principal e encargos	Total
Moeda nacional:				
BNDÉS	TJLP + 2,9%	31.822	57.719	89.541
Total geral		<u>31.822</u>	<u>57.719</u>	<u>89.541</u>

Cronograma de amortização da dívida

Em 30 de junho de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	30/06/2018		31/12/2017	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	31.847	43,1%	31.822	35,5%
2019	15.769	21,3%	31.483	35,2%
2020	<u>26.343</u>	<u>35,6%</u>	<u>26.236</u>	<u>29,3%</u>
Total não circulante	<u>42.112</u>	<u>56,9%</u>	<u>57.719</u>	<u>64,5%</u>

Movimentação da dívida

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

Moeda nacional			
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	31.822	57.719	89.541
Encargos	3.506	262	3.768
Transferências de principal	15.869	(15.869)	-
Pagamentos de principal	(15.768)	-	(15.768)
Pagamentos de juros	<u>(3.582)</u>	<u>-</u>	<u>(3.582)</u>
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>31.847</u>	<u>42.112</u>	<u>73.959</u>

Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Garantias concedidas

Em garantia dos empréstimos e financiamentos foram concedidos: penhor de direitos emergentes da concessão, penhor de ações e penhor de direitos creditórios.

Covenants financeiros

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem os seguintes índices de *covenants*:

- Índice de capitalização (Patrimônio líquido/Ativo total) igual ou superior a 0,3 (três décimos); e
- Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) igual ou superior a 1,3 (um inteiro e três décimos).

Em 30 de junho de 2018, a administração da Companhia avaliou que as cláusulas restritivas (*covenants*) foram cumpridas.

9 Incentivos fiscais

A Companhia goza de incentivo fiscal, concedidos mediante Termo de Acordo de Regime Especial- TARE firmado com a Secretaria da Fazenda do Estado de Tocantins. Conforme esse acordo, a base de cálculo do ICMS é reduzida em 60% relativo ao diferencial de alíquotas e à importação de máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes, peças e outros materiais, quando destinados à construção, operação e manutenção das instalações das linhas de transmissão de energia elétrica, localizadas em território tocantinense. Esses incentivos estão sendo mensalmente amortizados pelo prazo do Contrato de Concessão.

	30/06/2018	31/12/2017
Doações e subvenção para investimento	<u>13.799</u>	<u>13.924</u>
Circulante	539	-
Não circulante	13.260	13.924

10 PIS e COFINS diferidos

Em 30 de junho de 2018 o saldo de R\$ 48.872 (R\$ 45.410 em 31 dezembro de 2017), refere-se ao diferimento do PIS e da COFINS relativos à 9,25% da receita de construção total da Companhia. A liquidação dessa obrigação diferida ocorre pelo prazo da concessão à medida que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

11 Imposto de renda e contribuição social

11.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e imposto de renda sobre prejuízos fiscais, considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%.

Dessa forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 32 - Tributos sobre o lucro.

	30/06/2018	31/12/2017
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias (i)	<u>30.728</u>	<u>29.288</u>
Total	<u><u>30.728</u></u>	<u><u>29.288</u></u>

- (i) A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, principalmente, decorrente da atualização do ativo financeiro.

11.2 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados com base no lucro real às alíquotas de 25% para imposto de renda e 9% da contribuição social:

	30/06/2018	30/06/2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	51.815	38.984
Alíquota fiscal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	17.618	13.255
Outras adições e exclusões, líquidas	<u>(1.227)</u>	<u>(1.885)</u>
IRPJ e CSLL no resultado do período	16.391	11.370
Corrente	16.391	11.370
Diferido	1.439	2.025
Subvenção do imposto de renda (a)	<u>(6.564)</u>	<u>(6.946)</u>
IRPJ e CSLL no resultado do período	<u><u>11.266</u></u>	<u><u>6.448</u></u>
Alíquota efetiva	<u><u>21,7%</u></u>	<u><u>16,5%</u></u>

- (a) A Companhia obteve, em 2009, o benefício do lucro da exploração concedido pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) referente a redução de 75% da receita líquida da atividade operacional.

12 Partes relacionadas

O saldo em aberto e as transações no período com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

	Ativo financeiro (Contas a receber)	Dividendos e juros sobre capital próprio	Fornecedores
Transações			
Equatorial Energia S.A.	-	5.552	-
Eletronorte	-	5.333	
Eletronorte (*) (**)	461	-	355
Chesf (*)	442	-	-
	<u>903</u>	<u>10.885</u>	<u>355</u>
Saldos em 30 de junho de 2018	<u>903</u>	<u>10.885</u>	<u>355</u>
Equatorial Energia S.A.	-	5.552	-
Eletronorte	422	4.027	354
Chesf	380	1.305	-
	<u>802</u>	<u>10.885</u>	<u>354</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>802</u>	<u>10.885</u>	<u>354</u>

Transações	Receita com RAP	Custo com O&M
Eletronorte	2.213	1.737
Chesf	2.724	-
	<u>4.937</u>	<u>1.737</u>
Saldos em 30 de junho de 2018	<u>4.937</u>	<u>1.737</u>
Eletronorte	3.301	1.691
Chesf	4.250	-
	<u>7.551</u>	<u>1.691</u>
Saldos em 30 de junho de 2017	<u>7.551</u>	<u>1.691</u>

(*) Além de acionistas da Companhia, a Chesf e a Eletronorte usam as linhas de transmissão da Companhia, gerando uma receita e, conseqüentemente, um contas a receber.

(**) A Eletronorte é responsável pela operação e manutenção das linhas de transmissão da Companhia, gerando um contas a pagar.

Remuneração do pessoal-chave

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros de Administração e Diretores. A remuneração total foi fixada em até R\$ 1.260 ao ano, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizadas em 30 de abril de 2018.

Remuneração da diretoria paga pela Companhia no período:

	30/06/2018	30/06/2017
Salários e outros benefícios de curto prazo	<u>267</u>	<u>346</u>
Total	<u>267</u>	<u>346</u>

13 Patrimônio líquido

Capital social

O capital subscrito integralizado em 30 de junho de 2018 é de R\$ 188.555 (R\$ 170.000 em 31 de dezembro de 2017), representado por 188.555.222 ações ordinárias de R\$ 1,00 cada.

Em 30 de junho de 2018, o capital social está distribuído entre os seguintes acionistas:

	Quantidade de ações	Participação %
Equatorial Energia S.A.	96.163	51
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás)	<u>92.392</u>	<u>49</u>
Total	<u><u>188.555</u></u>	<u><u>100</u></u>

Foi quitado, na data de 19 de dezembro de 2017, o contrato de compra e venda de ações e outras avenças, no qual o Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia (FIP) vendeu ações representativas de 51% do total do capital social da Companhia para a Equatorial Energia S.A.

O valor da negociação, da transação mencionada no parágrafo acima, foi de R\$ 277.000 e obteve aprovação dos termos e condições da operação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em 19 de abril de 2018, a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) transferiram suas ações para a Centrais Elétricas Brasileiras S.A., tornando essa última a “nova” acionista da Companhia.

Foram distribuídos no valor de R\$ 31.000, em fevereiro de 2017, dividendos adicionais ao mínimo obrigatório, aprovados pela 80ª ata de Reunião do Conselho de Administração, referentes aos lucros apurados até o exercício de 2015.

a. Excesso de reserva de lucros

Em 6 de março de 2018 foi proposto pelo Conselho Fiscal, e arquivada na JUCERJA em 25 de junho de 2018, o aumento de capital da Companhia, no montante de R\$ 18.555, mediante capitalização do saldo de 100% da reserva legal.

Em 25 de junho de 2018, este aumento de capital foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

O aumento estabelecido tem o objetivo de atender o que preceitua o estatuto social da Companhia, em consonância com legislação societária brasileira, a qual limita a reserva de lucros, com exceção da reserva para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, ao valor do capital social.

14 Receita operacional líquida

	30/06/2018	30/06/2017
Remuneração do ativo financeiro (Nota 7)	63.127	52.074
Receita de operação e manutenção (Nota 7)	6.743	6.528
Compartilhamento de rede	614	614
Receita de construção (Nota 7)	19.263	3.316
Outras receitas	1.640	1.640
	<u>91.388</u>	<u>64.172</u>
Total	<u>91.388</u>	<u>64.172</u>
PIS/COFINS	(5.597)	(5.377)
PIS/COFINS diferidos	(4.701)	-
Encargos setoriais	(2.824)	(2.685)
Reserva Global de Reversão	(2.164)	(2.075)
Pesquisa e desenvolvimento	(660)	(610)
	<u>(13.122)</u>	<u>(8.062)</u>
Impostos sobre a receita	(13.122)	(8.062)
	<u>78.266</u>	<u>56.110</u>
Receita líquida de serviços	<u>78.266</u>	<u>56.110</u>

15 Custos dos serviços prestados

	30/06/2018	30/06/2017
Custo de operação	(911)	(1.504)
Serviços de terceiros	(5.072)	(5.062)
Pessoal	(1.427)	(1.162)
Custo de construção	(14.562)	(3.316)
	<u>(21.972)</u>	<u>(11.044)</u>
Total	<u>(21.972)</u>	<u>(11.044)</u>

16 Despesas gerais e administrativas

	30/06/2018	30/06/2017
Pessoal	(720)	(956)
Administradores	(268)	(346)
Serviços de terceiros	(562)	(866)
Outros despesas gerais e administrativas	(166)	(225)
	<u>(1.716)</u>	<u>(2.393)</u>
Total	<u>(1.716)</u>	<u>(2.393)</u>

17 Resultado financeiro

	30/06/2018	30/06/2017
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicação	1.236	1.930
Acréscimos moratórios	23	15
Outras receitas financeiras	-	90
	-	90
Total de receitas financeiras	1.259	2.035
Despesas financeiras		
Encargos sobre financiamentos (BNDES)	(3.768)	(5.488)
Outras despesas financeiras	(254)	(236)
	(254)	(236)
Total de despesas financeiras	(4.022)	(5.724)
Resultado financeiro, líquido	(2.763)	(3.689)

18 Seguros

A cobertura de seguro foi contratada pelos montantes a seguir, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e orientação dos consultores de seguros.

Ramo	Vigência	Importância segurada
Veículos	03/12/2017 a 03/12/2018	1.400
Riscos nomeados operacionais (a)	27/07/2017 a 27/07/2018	62.000
Responsabilidade civil geral (a)	27/07/2017 a 27/07/2018	10.000

- (a) As apólices de Risco Operacional e Responsabilidade Civil foram renovadas, no dia 27/07/2018 com vigência até 27/07/2019 e Importância Segurada de R\$ 205.206 e R\$ 10.000 respectivamente.

O contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Poder Concedente - ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, determina que durante o prazo de vigência da concessão, fica a Companhia obrigada a contratação de seguros para garantir a cobertura adequada dos equipamentos de relevância significativa das instalações de transmissão. A Companhia assume as responsabilidades pelos riscos de reposição ou recuperação de todos os bens integrantes da concessão e por variações das receitas, decorrentes de sinistros ou fatos extraordinários danosos as instalações excluídas.

19 Contingências

A Companhia é parte envolvida em ações no âmbito administrativo, principalmente, na esfera ambiental. Em 30 de junho de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, a administração da Companhia, baseada na opinião dos assessores jurídicos externos, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas decorrentes de processos em virtude de ser remota a probabilidade de ocorrência de quaisquer desembolsos de caixa.

Abaixo relação dos processos, cuja probabilidade de perda é classificada como possível pela administração da Companhia, baseada na opinião dos assessores jurídicos externos:

A Companhia recebeu 2 autuações do Ibama por, supostamente, deixar de atender:

- Uma condicionante da Licença de Instalação nº 443/2007, referente à prevenção de acidentes com a fauna, envolvendo a cobrança de multa no valor de R\$ 3.100; e
- Uma condicionante da Autorização para Supressão Vegetal nº 157/2007, referente à reposição florestal, envolvendo a cobrança de multa no valor de R\$ 2.000.

A Companhia entende que cumpriu e vem cumprindo com todas as obrigações oriundas do seu licenciamento ambiental e apresentou defesa em todas as autuações informadas acima, relatando as medidas que foram e vêm sendo tomadas. Os consultores jurídicos da Companhia avaliaram a probabilidade de perdas como possível e, portanto, em 30 de junho de 2018 não foram registrados quaisquer valores de provisão.

20 Instrumentos financeiros

20.1 Considerações gerais

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia, efetua análise dos seus instrumentos financeiros.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

20.2 Gerenciamento dos riscos financeiros - Instrução CVM nº 475

A Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e a supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

Os riscos descritos a seguir são uma compilação do apontamento pelas diversas áreas, conforme suas respectivas especialidades. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

Os procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidos para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostos, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades.

a. Risco de crédito e risco de demanda

A atividade de transmissão é não competitiva. Não existe competição entre empresas (existe entre investidores, para obtenção da concessão).

O preço é regulado (tarifa) e denominado receita anual permitida (RAP). A Companhia não pode negociar preços com usuários. A receita RAP é fixa e atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio da tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários da transmissão de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios. Essa tarifa é reajustada anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAPs das transmissoras e deve ser paga pelos usuários do sistema, pelas geradoras e importadores (que colocam energia no sistema), pelas distribuidoras, pelos consumidores livres e exportadores (que retiram energia do sistema). Portanto, o poder concedente delegou aos usuários representados por agentes de geração, distribuição, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento pela prestação do serviço público de transmissão. A RAP é faturada e recebida diretamente desses agentes.

Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão (RAP) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda.

De acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, o arcabouço regulatório de transmissão brasileiro foi planejado para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão. Os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para evitar risco de inadimplência.

b. *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

	30/06/2018		
Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	Total	1-2 anos
Empréstimos bancários com garantia	73.959	73.959	73.959

c. *Risco de taxa de juros*

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das informações trimestrais. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

			<u>Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros (R\$ Mil)</u>				
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	36.715	39.061	39.648	40.234	38.475	37.888
Impacto no resultado			2.346	2.933	3.519	1.760	1.173
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(73.959)	(78.840)	(80.060)	(81.281)	(77.620)	(76.400)
Impacto no resultado			(4.881)	(6.102)	(7.322)	(3.661)	(2.441)
Total			(2.535)	(3.169)	(3.803)	(1.901)	(1.268)
Referência para ativos e passivos financeiros			Taxa em				
			30/06/2018	25%	50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)			6,39%	7,99%	9,59%	4,79%	3,20%
TJLP (% 12 meses)			6,60%	8,25%	9,90%	4,95%	3,30%

20.3 Gestão de capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida Líquida/EBITDA
- Dívida Líquida/ (Dívida Líq. + Patrimônio Líquido)
- Dívida de Curto Prazo/Dívida Total

No trimestre findo em 30 de junho de 2018, a Companhia atingiu níveis esperados dos indicadores mencionados acima.

20.4 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e em 1º de janeiro de 2018 estão identificados conforme a seguir:

	30/06/2018		01/01/2018	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativos conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	36.804	36.804	96	96
Mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários	10.966	10.966	36.249	36.249
Total do ativo	47.770	47.770	36.345	36.345
Passivos conforme o balanço patrimonial				
Custo amortizado				
Fornecedor	3.464	3.464	6.562	6.562
Empréstimos e financiamentos	73.959	73.959	89.541	89.541
Total do passivo	77.423	77.423	96.103	96.103

Vide informação apresentada na Nota 4 referente ao saldo de ativo financeiro da concessão.

Pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalente caixa, títulos e valores mobiliários e fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os saldos de empréstimos e financiamentos, apresentados acima, estão definidos no Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Os saldos de títulos e valores mobiliários, apresentados acima, estão definidos no Nível 1 na hierarquia de valor justo.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

21 Eventos subsequentes

Comunicado ao mercado da Eletrobrás

Conforme comunicado ao mercado, emitido pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A (“Eletrobrás”) em 1 de agosto de 2018, a Eletrobrás deverá abster-se da operação de venda, que estava em curso, da sua participação societária na Companhia, por não se enquadrar em caso de dispensa do art. 28, inciso II, § 4º, da Lei 13.303/2016.

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Junior

Eduardo Haiama

Tinn Freire Amado

Carla Ferreira Medrado

Paulo Veloso de Almeida

João Henrique de Araújo Franklin Neto

Conselho Fiscal

Geovane Ximenes de Lira

Cristiano Benedito de Oliveira

Ricardo de Oliveira Melo

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Junior
Diretor Presidente

Manoel Jamir Fernandes Júnior
Diretor

Ailton Costa Ferreira
Diretor

Gabriel Torres Ferreira da Costa
Contador
CRC RJ 112528/O-6